

Composição do Parlamento

Os eurodeputados aprovaram a proposta sobre a **futura composição do Parlamento Europeu**, que reduz a dimensão da assembleia após o Brexit e garante que nenhum Estado-Membro perde lugares.

ver pág.5

Rússia e Mundial

O Parlamento Europeu (PE) instou a União Europeia (UE) a emitir uma declaração em que **condene as violações dos direitos humanos na Rússia** e as tentativas de as encobrir através da realização do Campeonato do Mundo de Futebol.

ver pág.7

UE/NATO

Tendo em conta as novas ameaças híbridas, é **vital reforçar a defesa cibernética da UE** com uma equipa de resposta rápida e uma **cooperação mais estreita com a NATO**, afirmaram os Deputados no Parlamento Europeu.

ver pág.8

em destaque:

Regras sobre os Drones

As **primeiras regras à escala europeia sobre os drones** (aeronaves não tripuladas) visam garantir a segurança e a privacidade e trazer clareza jurídica a este setor.

A legislação aprovada pelo Parlamento Europeu (PE), tem por objetivo dar resposta ao desenvolvimento do setor dos drones e aos problemas que estes podem colocar a **nível da aviação civil**.

Atualmente, os drones com um peso inferior a 150 kg são regulamentados a nível nacional, levando a uma fragmentação do mercado e a níveis de segurança diferentes em toda a União Europeia (UE).

As novas regras exigem o **registo dos operadores de drones** em função da capacidade cinética da aeronave que está sob o seu controlo e a certificação de operações de alto risco.

A legislação aprovada abrange, para além dos drones, todos os **domínios essenciais da aviação civil**, incluindo a aeronavegabilidade, a tripulação, os aeródromos, as operações aéreas e a prestação de serviços de navegação aérea. Estabelece também uma repartição de tarefas entre a UE e as autoridades nacionais.

Carlos Coelho afirmou: *“Pretende-se com este Regulamento, por um lado, regular a **segurança global da aviação** com a introdução de ideias inovadoras como, por exemplo, uma abordagem assente no risco e no desempenho, e por outro lado estabelecer um quadro normativo para **novos modelos de negócio e tecnologias emergentes, como os drones**, garantindo a observância do direito da União no respeito pela vida privada e a proteção de dados”*.

ver pág.3

Índice

Abertura da sessão - Antonio Tajani, expressou a sua solidariedade para com as vítimas do vulcão Fuego, na Guatemala.....	3
Drones: PE aprova primeiras regras a nível europeu para garantir segurança...3	3
Eleições europeias de 2019: Portugal continua a eleger 21 eurodeputados.....	5
Rússia/Mundial: PE quer declaração europeia sobre violações dos direitos humanos.....	7
Os Deputados querem uma defesa cibernética europeia robusta e laços mais estreitos com a NATO.....	8
Parlamento aprova mil milhões de euros de ajuda à Ucrânia.....	10
Eurodeputados exigem o fim das mortes de migrantes no Mar Mediterrâneo..	11
Ordem da sessão.....	14

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão. Antonio Tajani, expressou a sua solidariedade para com as vítimas do vulcão Fuego, na Guatemala.

O presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, expressou a sua solidariedade para com as vítimas do vulcão Fuego, na Guatemala.

O vulcão Fuego ainda está ativo, tendo mais de 100 pessoas sido declaradas mortas e dois milhões afetadas pela erupção, o que representa mais de 10% da população guatemalteca. Em nome do Parlamento Europeu, o presidente Tajani manifestou o seu apoio ao povo da Guatemala num momento tão difícil.

No dia 21 de maio, o Tribunal de Justiça da UE anulou duas decisões tomadas pela Mesa do Parlamento Europeu (composta pelo presidente e 14 vice-presidentes do PE) para sancionar o deputado Janusz Korwin-Mikke por comentários depreciativos em relação a migrantes e mulheres. Comentando a decisão do Tribunal, o presidente Tajani disse que "*todos os que dizem que as mulheres são inferiores aos homens devem ser sancionados*". A Mesa do PE irá discutir se deve apelar da decisão do Tribunal.

Alterações à agenda

Foi acrescentado à agenda de quarta-feira um debate com o Conselho e a Comissão sobre as emergências humanitárias no Mediterrâneo e a solidariedade na União Europeia (segundo debate na parte da tarde).

Anúncio da abertura de negociações com o Conselho

Os pedidos das comissões parlamentares para encetarem negociações interinstitucionais, ao abrigo do Artigo 69.º-C do Regimento do PE, estão publicados na página Web da sessão plenária.

Drones: PE aprova primeiras regras a nível europeu para garantir segurança

As primeiras regras à escala europeia sobre os drones (aeronaves não tripuladas) visam garantir a segurança e a privacidade e trazer clareza jurídica a este setor.

A legislação aprovada pelo Parlamento Europeu (PE) por 558 votos a favor, 71 contra e 48 abstenções, já acordada com os Estados-Membros, tem por objetivo dar resposta ao desenvolvimento do setor dos drones e aos problemas que estes podem colocar a nível da aviação civil.

Atualmente, os drones com um peso inferior a 150 kg são regulamentados a nível nacional, levando a uma fragmentação do mercado e a níveis de segurança diferentes em toda a União Europeia (UE).

As novas regras exigem o registo dos operadores de drones em função da capacidade cinética da aeronave que está sob o seu controlo e a certificação de operações de alto risco.

As normas sobre os drones, incluídas num regulamento relativo à aviação civil, consagram princípios básicos para garantir a segurança operacional, a segurança contra atos ilícitos, a

privacidade e a proteção dos dados pessoais. Existirão igualmente regras relativas às emissões e ao ruído gerados pelos drones, tal como existem em relação a qualquer outra aeronave.

Os drones deverão ser projetados e construídos com certas características e funcionalidades de forma a serem operados sem criar riscos para as pessoas.

Os operadores e os pilotos remotos terão de assegurar que o drone se encontra a uma distância segura de outras aeronaves e das pessoas em terra. Os drones que possam causar danos em caso de colisão terão de ser registados, devendo todos estar identificados.

Caberá à Comissão Europeia e à agência da UE para a segurança da aviação desenvolverem normas mais detalhadas a partir dos princípios básicos estabelecidos neste regulamento. Terão de definir, por exemplo, quais os drones que terão de ser certificados em função dos riscos e especificar as condições em que deverão estar equipados com dispositivos relacionados com:

- a distância máxima de operação e as limitações de altitude,
- a comunicação da posição,
- a restrição de entrada em certas zonas geográficas, como os aeroportos,
- a prevenção de colisão,
- a estabilização em voo,
- a aterragem automática.

A legislação aprovada abrange, para além dos drones, todos os domínios essenciais da aviação civil, incluindo a aeronavegabilidade, a tripulação, os aeródromos, as operações aéreas e a prestação de serviços de navegação aérea. Estabelece também uma repartição de tarefas entre a UE e as autoridades nacionais.

Estima-se que o tráfego aéreo na UE aumente em 50% nos próximos 20 anos. Segundo as previsões, na próxima década a indústria dos drones deverá alcançar 10% do mercado total de aviação na UE, o que representa cerca de 15 mil milhões de euros por ano.

Próximos passos

O regulamento terá ainda de ser aprovado pelo Conselho da UE, entrando em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Apoio o Relatório Marinescu que vem estabelecer um conjunto normativo comum no domínio da aviação civil e criar a Agência da União Europeia para a segurança da Aviação, revogando assim o Regulamento (CE) n.º 216/2008. Pretende-se com este Regulamento, por um lado, regular a segurança global da aviação com a introdução de ideias inovadoras como, por exemplo, uma abordagem assente no risco e no desempenho, e por outro lado estabelecer um quadro normativo para novos modelos de negócio e tecnologias emergentes, como os drones, garantindo a observância do direito da União no respeito pela vida privada e a proteção de dados.*

De salientar o reforço das competências da AESA no domínio da segurança aérea, em particular, da segurança cibernética, devendo esta desempenhar um papel mais ativo e decisivo em caso de problemas graves num Estado-Membro, seja em matéria de certificação, supervisão ou fiscalização”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, a complexidade e o alcance do Regulamento não alteram, antes prosseguem os objetivos de sempre: o estabelecimento de um maior grau de harmonização das regras comuns do domínio da aviação ao nível da UE, o aprofundamento do céu único europeu, o agravamento da liberalização do sector do transporte e navegação aérea, com consequentes fenómenos de concentração.*

Uma liberalização que, em nome da rentabilidade financeira, tem posto em causa direitos laborais, promovendo a precarização generalizada das relações laborais no sector, mas que

tem aberto portas também para a degradação da qualidade dos serviços e até dos níveis de segurança de operação e manutenção.

Nessa estratégia, integra-se a Agência Europeia de Segurança na Aviação, um símbolo do assalto à soberania estratégica dos povos, com a transferência de competências dos Estados para a União Europeia. O que se deve aprofundar e desenvolver é a cooperação entre Estados através das suas autoridades nacionais, salvaguardando a soberania de cada país e o respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos utentes de serviços”.

Eleições europeias de 2019: Portugal continua a eleger 21 eurodeputados

Os eurodeputados aprovaram a proposta sobre a futura composição do Parlamento Europeu, que reduz a dimensão da assembleia após o Brexit e garante que nenhum Estado-Membro perde lugares.

Após o Brexit, o número de eurodeputados diminuirá de 751 para 705. Dos 73 lugares libertados pela saída do Reino Unido, 27 serão redistribuídos por 14 Estados-Membros, à luz do princípio da proporcionalidade degressiva. Os restantes 46 lugares ficarão vagos, podendo ser utilizados para eventuais futuros alargamentos da União Europeia (UE).

Esta decisão assegura que nenhum Estado-Membro perde lugares no Parlamento Europeu (PE) na legislatura 2019-2024. Portugal voltará, assim, a eleger 21 eurodeputados nas próximas eleições europeias, que se realizam de 23 a 26 de maio de 2019.

A solução proposta visa também corrigir desvios ao princípio da proporcionalidade degressiva, que não é respeitado atualmente, levando a que alguns Estados-Membros se encontrem subrepresentados.

No caso de o Reino Unido continuar a ser membro da UE no início da próxima legislatura, o número de eurodeputados por país manter-se-á inalterado até que o Brexit produza efeitos jurídicos.

Contexto

O PE tem o direito de apresentar uma proposta sobre a sua composição aos chefes de Estado ou de Governo da UE. A proposta sobre a distribuição de lugares foi votada em plenário no dia 7 de fevereiro (relatório de Danuta Hübner e de Pedro Silva Pereira) e enviada aos líderes europeus, que concordaram com a solução apresentada pelos eurodeputados.

A proposta de decisão voltou ao PE para a aprovação final da assembleia, tendo passado por 566 votos a favor, 94 contra e 31 abstenções. Terá ainda de ser aprovada pelos chefes de Estado ou de Governo da UE, por unanimidade, no Conselho Europeu de 28 e 29 de junho.

O PE é a única instituição europeia eleita por sufrágio direto.

Número de eurodeputados eleitos em cada Estado-Membro

- A assembleia europeia é reduzida de 751 para 705 lugares
- 13 dos 27 Estados-Membros mantêm o atual número de eurodeputados, entre os quais Portugal
- 14 Estados-Membros ganham novos assentos no PE, à luz da proporcionalidade degressiva
-

Estado-Membro	Atual distribuição de lugares	Distribuição de lugares após as eleições europeias de 2019	Diferença
Alemanha	96	96	=
França	74	79	+5
Reino Unido	73	-	-73
Itália	73	76	+3
Espanha	54	59	+5
Polónia	51	52	+1
Roménia	32	33	+1
Países Baixos	26	29	+3
Grécia	21	21	=
Bélgica	21	21	=
Portugal	21	21	=
República Checa	21	21	=
Hungria	21	21	=
Suécia	20	21	+1
Áustria	18	19	+1
Bulgária	17	17	=
Dinamarca	13	14	+1
Eslováquia	13	14	+1
Finlândia	13	14	+1
Irlanda	11	13	+2
Croácia	11	12	+1
Lituânia	11	11	=
Eslovénia	8	8	=
Letónia	8	8	=
Estónia	6	7	+1
Chipre	6	6	=
Luxemburgo	6	6	=
Malta	6	6	=
TOTAL	751	705	

Nota: A composição do PE deve respeitar os critérios definidos no artigo 14.º, n.º 2 do Tratado da UE, que determina que os representantes dos cidadãos da União não podem ser mais de 750, mais o presidente, que a representação deve ser assegurada de forma degressivamente proporcional, com um limite mínimo de seis eurodeputados por Estado-Membro, e que a nenhum país podem ser atribuídos mais de 96 lugares.

A “*proporcionalidade degressiva*” é definida do seguinte modo: o rácio entre a população e o número de lugares de cada Estado-Membro antes do arredondamento para números inteiros deve variar em função da respetiva população de modo a que cada deputado ao PE de um Estado-Membro mais povoado represente mais cidadãos do que cada deputado ao PE de

um Estado-Membro menos povoado e, inversamente, que quanto mais povoado for um Estado-Membro, maior deve ser o seu direito a um número elevado de lugares no PE.

A repartição de lugares na assembleia europeia deve refletir a evolução demográfica nos Estados-Membros.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A composição do Parlamento Europeu, designadamente a distribuição de lugares pelos Estados-Membros, é matéria central na conceção democrática do projeto europeu. As circunstâncias políticas da atualidade exigem que, a menos de um ano das eleições europeias, se estabeleça o quadro de distribuição para o próximo mandato 2019-2024 das instituições, lançando as bases para um debate posterior, que entendo como importante, sobre uma fórmula permanente de distribuição. Registo que o Conselho, na sua proposta, respeitou as recomendações do Parlamento Europeu.*

Destaco a não redução do número de eleitos de nenhum Estado-Membro, o que salvaguarda a sua representação democrática. Sublinho, também, equilíbrio nos ajustes decorrentes da necessidade de respeitar o princípio da proporcionalidade regressiva. Acompanho o entendimento de reservar a maioria dos lugares abertos pela saída do Reino Unido para futuros alargamentos, mas entendo que nenhuma situação de incerteza (seja na saída ou entrada de Estados) pode prejudicar o universo de eleitos e, dessa forma, diminuir o carácter democrático do projeto europeu.

Creio que, a esta distância das eleições para o Parlamento Europeu, não temos condições de discutir a criação de círculos transnacionais. Esse debate, como outros no plano eleitoral, deve ser feito num momento mais antecedente e com maior estabilidade”.

Rússia/Mundial: PE quer declaração europeia sobre violações dos direitos humanos

O Parlamento Europeu (PE) instou a União Europeia (UE) a emitir uma declaração em que condene as violações dos direitos humanos na Rússia e as tentativas de as encobrir através da realização do Campeonato do Mundo de Futebol.

Numa resolução discutida e aprovada em plenário no âmbito dos debates sobre direitos humanos, os eurodeputados pedem à UE que emita uma declaração em que condene as violações dos direitos humanos na Rússia e as tentativas de as encobrir através da realização do Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA.

O PE insta o Conselho da UE e os Estados-Membros a *“manterem-se firmes e unidos na manutenção das sanções acordadas contra a Rússia”* e a prorrogarem estas sanções, bem como a ponderarem medidas específicas contra as pessoas responsáveis pela detenção e pelo julgamento de prisioneiros políticos.

Apelo à libertação imediata de Oleg Sentsov e dos outros prisioneiros políticos

A assembleia europeia solicita às autoridades russas que libertem imediatamente o cineasta ucraniano Oleg Sentsov e todos os outros cidadãos ucranianos ilegalmente detidos na Rússia e na península da Crimeia. Existem atualmente mais de 70 prisioneiros políticos ucranianos na Rússia e na Crimeia ocupada.

Os eurodeputados expressam a sua profunda inquietação perante a *“tendência preocupante de detenções, ataques, intimidação e desacreditação”* que visam jornalistas independentes e defensores dos direitos humanos que trabalham na Rússia e, em particular, na Chechénia. *“Os ativistas da sociedade civil em todo o mundo devem exercer livremente os seus mais elementares direitos à liberdade de expressão e de pensamento”*, diz a resolução.

O PE recorda às autoridades russas que, “na sua qualidade de potência ocupante de facto que controla efetivamente a Crimeia”, têm a plena responsabilidade de proteger os cidadãos da Crimeia contra medidas judiciais ou administrativas arbitrárias e que têm a obrigação, em virtude do direito internacional humanitário, de garantir a proteção dos direitos humanos na península.

A resolução foi aprovada por 485 votos a favor, 76 contra e 66 abstenções.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, em Agosto de 2008, Moscovo rasgou o manual de segurança da Europa pós-guerra fria ao atacar a soberania e integridade territorial da Geórgia. Uma década depois, milhares de tropas russas continuam a ocupar a Abcásia e a Ossétia do Sul e os sobreviventes daquela guerra continuam a viver em condições precárias, a sofrer discriminações por motivos étnicos no seu dia-a-dia e a ser vítimas de rapto e detenções junto às linhas de demarcação, enquanto os responsáveis pelos crimes de guerra continuam impunes.*

Senhora Alta Representante, o acordo de associação, o regime de liberalização de vistos e os apoios no quadro da assistência macrofinanceira espelham o reconhecimento da Geórgia como parceira estratégica da União Europeia na região e reiteram o nosso apoio à sua soberania e integridade territorial, pelo que devemos continuar a apoiar todo os esforços de guerra que permitam encontrar uma solução pacífica ao conflito, lembrando, ao mesmo tempo, que imperialismos expansionistas não têm lugar no século XXI. E termino dizendo que no final da década de setenta os Fischer-Z lançavam a música “Another warning, another warning. Remember Russia.” Let’s not today forget the real threat, remember Russia”.

Os Deputados querem uma defesa cibernética europeia robusta e laços mais estreitos com a NATO

Tendo em conta as novas ameaças híbridas, é vital reforçar a defesa cibernética da UE com uma equipa de resposta rápida e uma cooperação mais estreita com a NATO, afirmaram os Deputados no Parlamento Europeu.

A resolução de defesa cibernética, aprovada por 476 votos a 151, com 36 abstenções, salienta que a Rússia, a China e a Coreia do Norte, mas também actores não estatais, estiveram envolvidos em ataques a infraestruturas críticas da UE, vigilância em massa de cidadãos europeus, actividades de espionagem cibernética, campanhas de desinformação e restrições ao acesso à Internet (como Wannacry e Non-Petya).

Cooperação reforçada no domínio da cibersegurança

Os Eurodeputados salientam que a fragmentação das estratégias e capacidades de defesa europeias tornaram-na vulnerável aos ciberataques. Por conseguinte, os Deputados exortam os Estados-Membros a reforçarem a capacidade das suas forças armadas para trabalhar em conjunto, bem como a cooperação cibernética a nível europeu, com a NATO e outros parceiros. Isto implicaria mais exercícios cibernéticos conjuntos, a formação e o intercâmbio de oficiais militares, o recrutamento de peritos em cibercriminalidade, bem como o reforço da perícia em defesa cibernética das missões e operações da UE.

Os eurodeputados congratulam-se com o lançamento de dois projectos cibernéticos no âmbito da Cooperação Estrutural Permanente (CEP), nomeadamente uma plataforma de intercâmbio de informação cibernética e equipas de resposta a incidentes informáticos. Esperam que isto conduza à criação de uma equipa europeia de resposta rápida à cibersegurança, que coordenará, detectará e combaterá as ameaças cibernéticas colectivas.

Relações UE-NATO

Numa resolução separada sobre as relações entre a UE e a NATO, adoptada por 411 votos a favor, 182 contra e 57 abstenções, os deputados salientam que nenhuma das organizações dispõe de uma gama completa de instrumentos para enfrentar novos desafios de segurança, que são cada vez menos convencionais e mais híbridos.

Para além da cooperação reforçada em matéria de defesa cibernética, os deputados querem que as relações estratégicas UE-NATO se concentrem na comunicação estratégica, na partilha de informação classificada, na erradicação da imigração ilegal e eliminação dos obstáculos à rápida circulação de pessoal e recursos militares na UE.

Citações

O relator de defesa cibernética, Urmas Paet (ALDE, EE), disse: "*Um ataque cibernético bem-sucedido pode transformar uma central nuclear numa bomba nuclear ou causar o caos num hospital, colocando em risco as vidas dos pacientes. Para tais ameaças, temos de reforçar as capacidades de defesa cibernética reforçando a cooperação entre os Estados-Membros, a UE e a NATO.*"

O relator sobre as relações UE-NATO, Ioan Mircea Paşcu (S&D,RO), afirmou: "*Desde a anexação da Crimeia em 2014, o ritmo e o conteúdo da colaboração UE-NATO tem aumentado, representando agora nada menos que 74 ações conjuntas: controle de ameaças híbridas, combate a ataques cibernéticos, construção de resiliência, combate ao terrorismo, melhoria da cooperação em missões e operações, e mobilidade militar são áreas concretas de cooperação futura.*"

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) "*Tradicionalmente, terra, ar, mar e espaço são tidos como os habituais cenários de guerra. Hoje, contudo, começa a ser consensual que o ciberespaço é o quinto cenário onde potencialmente um conflito se pode desencadear.*

É neste contexto que a União se debruça cada vez mais sobre a ciberdefesa. Sendo certo que as principais competências permanecem ao nível nacional, é inequívoca a necessidade de coordenação e esforços conjuntos dentro da União, no contexto da OTAN e, enfim, do chamado "Mundo Ocidental".

Como bem refere o relator também, os domínios desta cooperação permanecem clássicos, como a inovação, cooperação operacional, partilha de informações. É aqui que a União pode e deve trazer valor acrescentado às ações dos Estados-Membros.

Voto por isso favoravelmente".

"É evidente que a relação entre a União e a OTAN não é em si mesmo um objetivo. Pelo contrário, as duas organizações, com naturezas bastante diversas, partilham um conjunto de valores e objetivos e podem, por isso também, ser complementares.

Os últimos desenvolvimentos na relação da União com os Estados Unidos impõem contudo uma reafirmação do compromisso das duas partes com o esforço conjunto de defesa. Bem assim, com o Reino Unido a abandonar o seu estatuto de Estado-Membro (permanecendo parte da OTAN), irá afetar o papel da União na organização do atlântico norte e obrigar a um compromisso reforçado. Sem o Reino Unido, 80% do orçamento da Nato estará a cargo de não membros da União; igualmente, nos meios humanos estacionados a leste: apenas 25% pertencerão a Estados-Membros.

Por tudo isto, mas também em vista dos novos desafios como a ciberguerra, é crucial um forte empenho nos acordos alcançados em 2016 no seio da OTAN, na adaptação do papel da União à luz do novo contexto político e no reforço da confiança e complementaridade entre as duas organizações.

Parlamento aprova mil milhões de euros de ajuda à Ucrânia

Um empréstimo macrofinanceiro de mil milhões de euros para ajudar a Ucrânia a cobrir parte das suas necessidades de financiamento externo em 2018-2019 foi aprovado pelo Parlamento.

Os eurodeputados aprovaram uma proposta da Comissão Europeia para fornecer a Kiev um novo programa de assistência macrofinanceira (AMF) - um recurso de emergência excepcional para os países vizinhos da UE que estão a ter problemas em pagar as suas contas.

No entanto, insistiram para que o Parlamento, o Conselho e a Comissão publiquem uma declaração conjunta sobre as condições políticas que a Ucrânia deve cumprir, devido aos receios relacionados com o ritmo das reformas e a luta contra a corrupção no país.

Esta declaração, anexa à decisão, sublinha que, como condição prévia para a concessão do empréstimo, a Ucrânia deve respeitar mecanismos democráticos eficazes, incluindo o pluralismo parlamentar, o Estado de direito e os direitos humanos. Foi ainda acrescentado que o uso da ajuda da UE deve contribuir para reduzir a pobreza e criar empregos na Ucrânia.

Além disso, os Eurodeputados insistem que o empréstimo está condicionado ao progresso feito na luta contra a corrupção e, em particular, ao estabelecimento de um tribunal especializado de combate à corrupção, em consonância com as recomendações da Comissão de Veneza do Conselho da Europa. O parlamento ucraniano votou dia 7 de junho a favor da implementação deste sistema.

A Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa devem verificar se estas condições prévias são respeitadas ao longo do processo e tornar públicas as suas conclusões. Se as condições não forem satisfeitas, a Comissão deverá suspender temporariamente ou cancelar os pagamentos, dizem os deputados.

A resolução foi aprovada por 527 votos a favor, 124 contra e 29 abstenções.

Citação

O relator Jaroslaw Waleša (EPP, PL) disse: *"O objetivo desta ajuda é a estabilização econômica, e há condições estritas para assegurar que esse dinheiro servirá para esse propósito. O país também tem que tomar medidas drásticas para lidar com a corrupção antes que os fundos sejam entregues. Saúdo com grande satisfação a adoção na semana passada da legislação anti-corrupção pelo Supremo Tribunal na Ucrânia: isto significa que os ucranianos levam a sério o seu compromisso".*

Próximos passos

Após a votação no Parlamento, espera-se que o Conselho aprove o auxílio em 26 de junho.

Contexto

A assistência macrofinanceira da UE é um instrumento de emergência excepcional para lidar com as graves dificuldades financeiras dos países vizinhos da União. Desde o início da crise de 2014 na Ucrânia, este é o quarto programa deste tipo, para além de outros tipos de assistência financeira da UE ao país. Até agora, foram desembolsados 2,8 mil milhões de euros, mas foram anulados 600 milhões de euros adicionais em janeiro de 2018, devido à incapacidade da Ucrânia de tomar as medidas condicionais para o empréstimo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou um deficit de 4,5 bilhões de dólares (3,6 bilhões de euros) em termos das necessidades de financiamento da Ucrânia para 2018 e início de 2019.

A UE é o maior parceiro comercial da Ucrânia, enquanto a Ucrânia representa 0,8% do comércio total da UE.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A assistência macrofinanceira da UE (AMF) constitui um instrumento excepcional de emergência para enfrentar dificuldades graves da balança de pagamentos em países terceiros. A Comissão propõe um montante de mil milhões de euros, a conceder à Ucrânia, sob a forma de empréstimos a médio/longo prazo, para ajudar o país a cobrir parte das suas necessidades de financiamento externo para o final de 2018 e início de 2019, nomeadamente para reduzir as dificuldades fiscais e da balança de pagamentos a curto prazo.*

Apesar da melhoria da situação económica registada desde 2015, persistem algumas vulnerabilidades, nomeadamente a dependência do país em relação às exportações de produtos de base, a reposição mais lenta que o previsto das reservas de divisas e o elevado endividamento externo.

O presente relatório aprova a concessão de assistência macrofinanceira à Ucrânia. Todavia realça que o desembolso de cada parcela deve ocorrer com base no cumprimento de medidas políticas claramente definidas e no respeito das pré-condições políticas para a AMF da UE, mecanismos democráticos efetivos, incluindo um sistema parlamentar pluripartidário, o Estado de Direito, a garantia do respeito pelos Direitos Humanos, e as medidas anticorrupção não cumpridas ao abrigo do AMF III.

Pelo exposto apoio o relatório Wałęsa”.

Eurodeputados exigem o fim das mortes de migrantes no Mar Mediterrâneo

Os eurodeputados exortam os líderes europeus a mostrar real vontade política e a propor soluções reais para pôr fim às crises migratórias.

Num debate com o vice-presidente da Comissão, Frans Timmermans, e a vice-primeira-ministra da Presidência búlgara do Conselho da UE, Monika Panayotova, os eurodeputados definiram as suas prioridades para a próxima cimeira europeia a realizar em Bruxelas em 28 e 29 de Junho.

Alguns grupos políticos pediram aos líderes europeus que pusessem fim às discussões formais sobre a migração e comesçassem a trabalhar para chegar a um acordo sobre o sistema de Dublin. Eles descreveram a recente recusa do novo governo italiano em permitir que um navio transportando migrantes (o MS Aquarius) ancore na Itália com "vergonha" e "escândalo".

O Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, também pediu aos líderes europeus que acelerassem a reforma das regras de Dublin, sublinhando que o Parlamento adoptou uma posição clara sobre o assunto, baseada na solidariedade.

Alguns grupos salientaram a necessidade de construir novos centros de acolhimento europeus para ajudar os migrantes a chegar aos países de trânsito. Outros argumentaram que uma solução para a crise migratória baseada em cotas e na alocação compulsória de refugiados simplesmente não pode funcionar, como foi demonstrado até agora, e que outras soluções precisam ser colocadas na mesa.

Os deputados debateram também as barreiras comerciais dos EUA e a reforma da área do euro, instando o Conselho Europeu a tomar medidas para modernizar a UEM.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) *“Senhora Presidente do Conselho, Senhor Vice-Presidente da Comissão, primeiro queria registar a forma como lamento aquilo que se está a passar no Mar Mediterrâneo. É absolutamente inaceitável aquilo a que assistimos. Não ouvimos da minha parte uma condenação da Itália ou de Malta porque eu considero que os países - em particular a Grécia, a Itália, Malta, a Espanha - têm sido muito abandonados pela União Europeia no tratamento da questão da migração e, portanto, isso é uma responsabilidade coletiva dos 28. Nós não podemos deixar morrer seres humanos no Mar Mediterrâneo, nós temos de resolver esta questão de uma vez por todas.*

Segundo ponto, queria chamar a atenção para que é essencial que o Conselho dê um sinal no avanço da reforma da zona euro para consolidar o projeto do euro, nomeadamente avançando definitivamente com a união bancária e avançando com um outro conjunto de reformas tendentes essencialmente a que haja um orçamento para a zona euro que permitam tornar esta moeda uma moeda amigável para todas as economias que fazem parte da moeda única.

Queria também dizer que é fundamental ser bastante firme na questão do Brexit e, nomeadamente na questão da fronteira irlandesa. Este é um ponto essencial que terá, aliás, desenvolvimentos esta semana, mesmo hoje no parlamento britânico.

Finalmente, já que o Sr. Vice-Presidente tocou no assunto, permita-me falar sobre as perspetivas financeiras. É inaceitável que haja uma política de coesão e convergência em que um país como a Lituânia perde 23% dos fundos e um país como a Finlândia recebe 5, um país como a Itália sobe 6 e um país como a Croácia perde 6. Isto não é convergência, isto não é coesão, isto é o contrário da convergência e da coesão, isto não pode ser aceite”.

Maria João Rodrigues (S&D) *“Madam President, the European Parliament is being very clear – the next European Council can no longer delay key decisions and must make very clear choices. The world is changing, it is so clear, and it is also clear that we need a strong Europe, a united Europe, to protect people. The solution is certainly not closing the borders, but neither is the solution to keep open borders without protecting people. We need to have a Europe which is open but protecting people.*

This is the case when we organise the European border. Of course we need to ensure that we have a proper European asylum system to protect refugees who are looking for our help, but when we negotiate trade agreements we need to ensure we are open to the world but we need to protect our people and our standards.

If we want a Europe that protects, the next European Council must push the negotiations on the European budget also for a budget which will be there to protect people. I am concerned, on behalf of my group, that the current proposal on the Community budget does not ensure the proper level of economic and social vision of cohesion. This is too weak to ensure our unity. The same applies to the proposals to reform the eurozone, because we don't have proposals to ensure strong investment to converge, to ensure that the social pillar is really applied everywhere. So this is missing, and we want to strengthen European unity on the internal front, with a united Europe, for us to be able to cope with external challenges. This is the solution the next European Council should adopt without any kind of hesitation”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, a União Europeia demonstra a sua verdadeira natureza. Os migrantes que se afundam no Mediterrâneo, embarcações em risco com mulheres grávidas e crianças embatem na fria desumanidade de quem opta por criminalizar as organizações humanitárias envolvidas nas operações de busca e salvamento.*

Faltam recursos para a coesão, para apoiar o investimento nos países que dela mais necessitam, para apoiar o emprego com direitos e o combate às desigualdades e assimetrias, mas como o vai demonstrar o próximo Conselho Europeu não faltam recursos para o complexo militar industrial europeu, para reprimir as migrações e os migrantes, não faltam recursos para insuflar ainda mais os lucros das multinacionais das principais potências europeias, nem faltam as ditas reformas estruturais. Outra forma de dizer: retirada de direitos e privatização das funções sociais do Estado.

A anunciada reforma do euro não é senão outra forma de apertar mais as amarras que impedem o desenvolvimento soberano dos povos. Derrotar a UE para salvar a Europa é uma exigência com reforçada atualidade”.

Ordem do dia 11 a 14 de Junho de 2018

► Segunda-feira, 11 de Junho

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Obrigações de compensação, requisitos de comunicação de informações, técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC e repositórios de transações - *Relatório: Werner Langen (A8-0181/2018)*

Regras comuns no domínio da aviação civil e Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação - *Relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0364/2016)*

Emissões de CO2 e consumo de combustível dos veículos pesados novos - *Relatório: Damiano Zoffoli (A8-0010/2018)*

Modernização dos sistemas de ensino na UE - *Relatório: Krystyna Łybacka (A8-0173/2018)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Rumo a um setor europeu da aquicultura sustentável e competitivo - *Relatório: Carlos Iturgaiz (A8-0186/2018)*

Situação da pesca recreativa na UE - *Relatório: Norica Nicolai (A8-0191/2018) 2*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regulamento)

► Terça-feira, 12 de Junho

09:00 - 12:20

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2018 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Pacote relativo à União Económica e Monetária - *Pergunta oral (O-000047/2018 - B8-0027/2018)*

12:30 - 14:30 - Sessão solene

Situação da pesca recreativa na UE - *Relatório: Norica Nicolai (A8-0191/2018)*

Obrigações de compensação, requisitos de comunicação de informações, técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC e repositórios de transações - *Relatório: Werner Langen (A8-0181/2018)*

Regras comuns no domínio da aviação civil e Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação - *Relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0364/2016)*

Emissões de CO2 e consumo de combustível dos veículos pesados novos - *Relatório: Damiano Zoffoli (A8-0010/2018)*

Modernização dos sistemas de ensino na UE - *Relatório: Krystyna Łybacka (A8-0173/2018) 3*

Rumo a um setor europeu da aquicultura sustentável e competitivo - *Relatório: Carlos Iturgaiz (A8-0186/2018)*

15:00 - 23:00

Acordo nuclear com o Irão - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Negociações relativas à modernização do Acordo de Associação UE-Chile - *Relatório: Charles Tannock (A8-0158/2018)*

Apresentação do relatório anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo em 2017 e a política da UE na matéria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Territórios ocupados da Geórgia dez anos após a invasão russa - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relações UE-NATO - *Relatório: Ioan Mircea Paşcu (A8-0188/2018)*

Assistência macrofinanceira suplementar à Ucrânia - *Relatório: Jarosław Wałęsa (A8-0183/2018)*

Ciberdefesa - *Relatório: Urmaz Paet (A8-0189/2018)*

Política de coesão e economia circular - *Relatório: Davor Škrlec (A8-0184/2018)*

► **Quarta-feira, 13 de Junho**

09:00 - 10:00

Primeiro aniversário da assinatura da Convenção de Istambul: ponto da situação - *Declarações do Conselho e da Comissão*

10:00 - 12:30 - Sessão solene

Debate com o Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, sobre o Futuro da Europa

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Composição do Parlamento Europeu - *Recomendação: Danuta Maria Hübner, Pedro Silva Pereira (A8-0207/2018)*

Processos de insolvência: atualização dos anexos do Regulamento - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0174/2018)*

Acordo UE-Islândia sobre normas complementares em matéria de fronteiras externas e de vistos, para 2014- 2020 - *Recomendação: Anders Primdahl Vistisen (A8-0196/2018)*

Acordo UE-Suíça sobre normas complementares em matéria de fronteiras externas e de vistos para 2014- 2020 - *Recomendação: Claude Moraes (A8-0195/2018)*

Aplicação das disposições restantes do acervo de Schengen relativas ao Sistema de Informação Schengen na República da Bulgária e na Roménia - *Relatório: Monica Macovei (A8-0192/2018)*

Política de coesão e economia circular - *Relatório: Davor Škrlec (A8-0184/2018)*

Assistência macrofinanceira suplementar à Ucrânia - *Relatório: Jarosław Wałęsa (A8-0183/2018)*

Negociações relativas à modernização do Acordo de Associação UE-Chile - *Relatório: Charles Tannock (A8-0158/2018)*

Relações UE-NATO - *Relatório: Ioan Mircea Paşcu (A8-0188/2018)*

Ciberdefesa - *Relatório: Urmaz Paet (A8-0189/2018)*

15:00 - 23:00

Independência do sistema judicial na Polónia - *Declarações do Conselho e da Comissão 8*
Emergências humanitárias no Mediterrâneo e solidariedade na UE - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões - *Relatório: Andreas Schwab (A8-0395/2017)*

Negociações sobre um novo Acordo de Parceria UE-ACP - *Perguntas orais (O-000043/2018 - B8-0025/2018) (O-000044/2018 - B8-0026/2018)*

Aplicação e acompanhamento do quadro da UE para as estratégias nacionais de integração dos ciganos - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Melhorar a aprendizagem das línguas e o reconhecimento mútuo das competências linguísticas na UE - *Perguntas orais (O-000055/2018 - B8-0029/2018) (O-000056/2018 - B8-0030/2018)*

Encerramento do mercado de marfim da UE para combater a caça furtiva - *Declaração da Comissão*

Barreiras estruturais e financeiras no acesso à cultura - *Relatório: Bogdan Andrzej Zdrojewski (A8-0169/2018)*

► **Quinta-feira, 14 de Junho**

09:00 - 11:50

Luta anticorrupção - *Pergunta oral (O-000021/2018 - B8-0024/2018)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Rússia, em especial o caso do preso político Oleg Sentsov

Situação dos direitos humanos no Barém, em especial o caso de Nabeel Rajab

Situação dos refugiados Rohingya, em especial o sofrimento das crianças

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Barreiras estruturais e financeiras no acesso à cultura - *Relatório: Bogdan Andrzej Zdrojewski (A8-0169/2018)*

Teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões - *Relatório: Andreas Schwab (A8-0395/2017)*

Utilização de veículos de aluguer sem condutor no transporte rodoviário de mercadorias - *Relatório: Cláudia Monteiro de Aguiar (A8-0193/2018)*

Requisitos de aplicação e regras específicas para o destacamento de condutores no domínio do transporte rodoviário - *Relatório: Merja Kyllönen (A8-0206/2018)*

Alteração do Regulamento (CE) n.º 561/2006 no que respeita aos tempos de condução diários e semanais máximos e às pausas e períodos de repouso diários e semanais mínimos e do Regulamento (UE) 165/2014 no que respeita ao posicionamento por meio de tacógrafos - *Relatório: Wim van de Camp (A8-0205/2018)*

Alteração do Regulamento (CE) n.º 1071/2009 e do Regulamento (CE) n.º 1072/2009, a fim de os adaptar às evoluções no setor - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0204/2018)*

Objeção ao regulamento delegado da Comissão que altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/118 que estabelece medidas de conservação das pescas para a proteção do ambiente marinho no mar do Norte

Territórios ocupados da Geórgia dez anos após a invasão russa - *Propostas de resolução*

Negociações sobre um novo Acordo de Parceria UE-ACP - *Proposta de resolução*

Acompanhamento da aplicação do Direito da UE em 2016 - *Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0197/2018)*

15:00 - 16:00 Interpelações extensas

Interpelações extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)

O-000014/2018